

PROJETO DE INTERVENÇÃO UBUNTU: DESCONSTRUINDO O RACISMO

Paulo Marcio Santos de Queiroz¹

Vilma Áurea Rodrigues²

Michelle Almeida De Queiroz³

Letícia Coelho Dos Santos⁴

RESUMO

O projeto UBUNTU, nasceu da minha observação enquanto docente com mais de 20 anos de experiência em ensino fundamental e médio, como a invisibilidade dos temas ligados à história da África são abordados nos livros didáticos, em especial o livro de geografia do 7º ano. Esse material didático, fundamental no processo de aprendizado de discentes, possui apenas 7 páginas destinadas a essa temática. Reconhecer a importância da ancestralidade Africana no material didático da contribuição negra na formação da cultura, literatura e das ciências, que muitas das vezes foi ofuscado pelo sistema do racismo estrutural.

Palavras Chaves: Racismo. Ubuntu. Projeto Político Pedagógico.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho foi inspirado pelas discussões travadas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Legados Africanos, Relações Étnico-raciais

¹ Geógrafo. Mestre em Planejamento Ambiental. Docente da Educação Básica estadual de ensino de Jequié. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Legados Africanos, Relações Étnico-raciais Contemporâneas e Legislação Educacional. Email: paulo.marcio1011@gmail.com

² Pedagoga. Doutoranda em Educação. Docente do Ensino Superior e da Rede Municipal de Guanambi. Email: vilmaurea@gmail.com

³ Geógrafa. Especialista em Ensino de Geografia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Legados Africanos, Relações Étnico-raciais Contemporâneas e Legislação Educacional. Professora da rede pública municipal de Lajedo do Tabocal. E-mail: malmeidadequeiroz@gmail.com

⁴ Pedagoga. Mestre em Educação em Ciências e Matemática (UESB). Especialista em Gestão Educacional (FESPC). Docente da Educação Básica do município de Jaguaquara-BA. Email: letycoelho@hotmail.com



Contemporâneas e Legislação Educacional (cadastrado junto ao CNPq - dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6417890009371533). Devemos ressaltar também, a importância da mulher Negra em todas as áreas citadas anteriormente e como é fundamental estimular o debate e a reflexão sobre o racismo estrutural, como ele foi criado? para quem ele serve? Qual a diferença entre escravidão e racismo, as suas nuances do racismo estrutural impostos como formas de privilegiar alguns em detrimento de outro.

Djamila Ribeiro no seu livro pequeno Manual Antirracista destaca na (2019, p. 9) que o primeiro ponto a entender é que falar sobre racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências. Diante dessa situação abordada de forma simplório no livro didático de geografia sobre a escravidão o racismo e toda a violência que o povo negro sofreu aqui no Brasil, a quantidade de páginas abordadas demonstra como ainda a discussão precisa ser aprofundada, diante deste fato.

Surgiu então, uma inquietação profissional como é que a Lei 10.639/03, coaduna com a educação em um Estado que a maior parte da população é constituída por pessoas pardas e negras, como esta sendo construída a identidade social e crítica desses alunos, na abordagem do livro sobre um tema de tamanha relevância até mesmo pela relevância na construção de uma educação antirracista, principalmente dentro do nosso Estado da Bahia fez surgir o projeto UBUNTU: Desconstruindo o Racismo.

Esse projeto nasce então no ano de 2022, nessa instituição de ensino, como promover o estudo das temáticas de Cultura Afro-brasileira de modo a superar os mecanismos de discriminação e preconceito racial decorrente do racismo estrutural, que transversaliza as questões sociais, institucionais e subjetivas na sociedade brasileira. Recorremos então, aos estudos de Silvio Almeida quando fala sobre racismo estrutural, ou a pesquisadora Djamila Ribeiro quando fala que "todos nós somos racista, porque viemos em uma sociedade racista", recorremos também aos ensinamentos viscerais de Frantz Fanon quando fala sobre racismo, falar sobre educação antirracista na minha



concepção envolve também pensar uma educação libertadora de Paulo Freire. Compreendemos que a escola, enquanto espaço de formação crítica e com elevado potencial de transformação da sociedade brasileira não pode se omitir dessa discussão.

No início da aplicação do projeto, fiz uma roda de conversa com o corpo discente, perguntando se nas suas famílias existiam pessoas negras, brancas ou indígenas? Em todas as 5 turmas de 7º ano a grande maioria respondeu que sim, existiam parentes negros e brancos na ancestralidade, nem um(a) discente relatou saber sobre a existência de ancestrais índios nas suas famílias. No decorrer da conversa perguntei a turma se eles se identificavam como branco, negro ou pardo? A grande maioria respondeu que se identifica como pardo, inclusive essa aluna que fez a pergunta. Então perguntei a essa aluna se ela se identificava como parda, ela se via como branca ou negra? Ela respondeu rapidamente que era branca porque o pai dela era branco. Perguntei então sobre a sua mãe, ela respondeu que era parda, mais seu avô e sua avó maternos eram negros.

A autodeclaração da cor de pele ou que grupo étnico ela faz parte reflete o sentimento e o desejo da pessoa, tanto é que o próprio formulário de pesquisa do recenseador do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que em 2000, não define com clareza o que são as cores branca e preta, o interessante que nesse mesmo formulário a autodeclaração de amarelo e indígena é mais explicativa. Respeitando a autodeclaração de todos os alunos, continuamos com a nossa aula abordando os temas sobre cultura afro, proposto no livro didático de geografia.

A Constituição do Estado da Bahia, promulgada em outubro de 1989, no Artigo 275. Diz que:

IV- promover a adequação dos programas de ensino das disciplinas de geografia, história, comunicação e expressão, estudos sociais e educação artística à realidade histórica afro-brasileira, nos estabelecimentos estaduais de 1ª, 2ª e 3ª graus.



No entanto, o que podemos observar na Lei 10.639/03, bem como o que diz o Artigo 275. IV. Existe uma lacuna entre o que está na lei e a prática no trabalho pedagógico, em interface com as questões étnico-raciais, ainda são bem superficiais e precisam ser aprofundados.

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) NA ESCOLA

O Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas propicia a oportunidade das comunidades participarem na formulação de metas e desafios que poderão ser alcançados, dentro de um contexto sócio-educacional que implica uma gestão democrática. Assim, o Projeto Político Pedagógico é um instrumento carregado de intencionalidade, fruto de um trabalho coletivo na busca de caminhos para o processo de transformações da realidade escolar, representando um estado de mudança, planejamento e avaliação permanente.

Colocamos em evidência o Projeto Político Pedagógico por entender que o mesmo deve vir a se justificar na escola. O projeto se caracteriza político, pois oferece uma gama de discussões e embates que envolvem as nossas ações, sejam elas contra ou a favor das metodologias a serem aplicadas na forma de ensinar. Desta forma, a participação no PPP configura-se um ato político. O mesmo se torna pedagógico, pois implica em questões relacionadas ao campo da educação e à prática da docência e do ensino/aprendizagem. Sobre esta questão:

Projeto porque intencionalidade das perspectivas de atuação solidária. Projeto político porque trata de opções fundamentais éticas assumidas pela co-cidadania responsável em amplo debate. Projeto pedagógico porque se deve gestar no entendimento compartilhado por todos os envolvidos na atuação da escola sobre como organizar e conduzir as práticas que levem à efetividade das aprendizagens pretendidas (SILVA, 2000 p. 39).



Com o PPP, a partir da ideia de organização da escola, pode vir a propor a qualidade na educação, a adoção de instrumentos de avaliação mais significativos, colocando em pauta os principais problemas existentes no espaço escolar. Além disso, o PPP proporciona novos paradigmas para o currículo visando à valorização do contexto sociocultural dos educandos. O projeto deve ser construído propondo tarefas fáceis que podem ser executadas no dia a dia da escola, entretanto, não se dispensa o planejamento rigoroso e o trabalho em equipe.

Com isso, o PPP se caracteriza pela construção da autonomia do espaço escolar na formulação e execução de propostas de trabalho educativo, que se trata de um instrumento norteador de atividades que possam vir a ser desenvolvidas no contexto escolar, tendo como objetivo a identificação dos problemas que atingem o processo de ensino/aprendizagem.

O mesmo se volta para a escola, mas em especial, para o educando e para aquilo que é importante para eles, colocando como pauta principal a aprendizagem como produto final. Sendo assim, é composto por um objetivo determinado, uma ação pensada, idealizada na perspectiva educacional de reestruturar a proposta do currículo visando o compromisso de oportunizar significações que intervirão no ensino voltado para o exercício concreto da cidadania e como esse cidadão vai se posicionar diante do racismo e do preconceito.

A elaboração do PPP mostra-se em um processo contínuo, no qual vai sendo construído ao longo da caminhada educativa de cada escola, destacando a importância da coletividade representada pelos sujeitos envolvidos no processo direta ou indiretamente: pais, professores, alunos, funcionários, corpo técnico-administrativo. Veiga (2001), conceitua PPP, da seguinte forma:

É um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando de que maneira, por quem para chegar a que resultados. Além disso, explicita uma filosofia e harmonia das diretrizes da educação nacional



com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Esta ideia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente. (VEIGA, 2001, p. 110).

Nesse contexto, podemos compreender que o PPP perpassa as diversas atividades presentes na escola, pedagógicas ou administrativas, tendo a capacidade de possibilitar a construção do projeto de escola democrática, proporcionando o envolvimento, tanto da comunidade escolar (funcionários, professores, técnicos e alunos) quanto dos membros da comunidade escolar. Conforme Demo (1998):

[...] o Projeto Político-Pedagógico prevê todas as atividades da escola, do pedagógico ao administrativo, devendo ser uma das metas do Projeto Construir uma escola democrática, capaz de contemplar vontades da comunidade na qual ele surge, tanto na sua elaboração quanto na sua operacionalização, desde professores, técnicos, existindo projeto pedagógicos próprio, torna-se bem mais fácil planejar o ano letivo, ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular, aprimorar expedientes avaliativos, demonstrando a capacidade de evolução positiva crescente. É possível lançar desafios estratégicos, como: diminuir a repetência, introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa, experimentar didáticas alternativas, atingir posição de excelência. (DEMO, 1998, p. 248).

A busca da qualidade da educação representa o sentido de contribuir para a formação de indivíduos que possam compreender a realidade em que vivem.

Educar nessa sociedade é tarefa do partido, isto é, não educa para a mudança aquele que ignora o momento em que o cerca. É tarefa do partido porque não é possível ao educador permanecer neutro. Ou educa a favor dos privilégios ou contra eles, ou a favor das classes dominadas ou contra elas. Aquele que se diz neutro estará apenas servindo aos interesses do mais forte. No centro, portanto, da questão pedagógica situa-se a questão do poder. (GADOTTI, 1998, p. 87).

Assim, o processo de construção de uma educação voltada para reflexão sobre a inteireza presente nas questões sociais requer com urgência



preparar o homem para a autonomia intelectual, para a compreensão da realidade, para a facilidade da comunicação, para a oralidade, não prepará-lo para a cultura do silêncio, com o que poderá afirmar-se como soberano.

Freire (1996), explicita que é na atuação no mundo que nós fazemos, é na inserção no mundo e não na adaptação a ele que nos tornamos seres históricos e éticos, capazes de optar, de decidir, de romper. Nesse sentido, o PPP oferece a oportunidade de pensarmos no contexto escolar e no planejamento de ações presentes tendo em vista a transformação da realidade por meio de mecanismos de fomentação de possibilidades educativas que venham a nortear as atividades pedagógicas e garantindo ao educando oportunidade de participar da construção do seu conhecimento.

Porém, para a escola, não basta construir um PPP, é preciso fazer com que seja aplicado de maneira que todos os objetivos e propostas possam vir a ser inseridas no cotidiano, facilitando a resolução de problemas, cumprindo o papel do projeto. É preciso destacar, que a construção do PPP na escola e sua aplicabilidade torna-se meio capaz de superar a fragmentação da educação, possibilitando a criação de um espírito de motivação para o ensino/aprendizagem. A lei de diretrizes e bases (LDB) da educação 9394/96, propõe a construção do projeto político pedagógico apontando a escola como espaço de planejamento e organização política e pedagógica, partindo de uma gestão democrática que venha atingir todos os envolvidos neste processo.

Nesse sentido, é necessário observar o quanto o estímulo às discussões voltadas à implementação da Lei 10.639/03 (que altera a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, em seu Art. 26A) devem ser colocadas na centralidade de uma educação antirracista tanto nas escolas de Ensino Fundamental, como no Ensino Médio, a fim de mitigar práticas discriminatórias oriundas do preconceito étnico-racial. Assim, compreender como o processo de discriminação racial foi construído ao longo dos 127 anos



da República Federativa do Brasil é imprescindível para o fortalecimento da luta por uma educação antirracista.

Assim, ao analisar o PPP da escola pública na qual o Projeto UBUNTU: Desconstruindo o Racismo. Foi detectado que o PPP apesar de ter sido reformulado a pouco tempo, ele não atende a aplicação da Lei 10.639/03, o único projeto que trabalha com essa Lei até o presente momento nessa instituição é esse, nas turmas do fundamental II no 7 ano, mesmo atendendo a uma clientela de mais de 1000 alunos divididos entre o Ensino Fundamental II até o Ensino Médio.

Santos (2005), no seu artigo intitulado Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03, destaca as lutas dos movimentos antirracista e apresenta os históricos de Leis fruto das lutas e movimentos sociais negros por uma educação antirracista, em nível nacional como o ocorrido no Rio de Janeiro em 26 de agosto e 4 de setembro de 1950. Nesse ano foi realizado o I Congresso do Negro Brasileiro, promovido pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), houve várias manifestações nesse congresso pelos participantes reivindicando "o estímulo ao estudo das reminiscências africanas no país bem como dos meios de remoção das dificuldades dos brasileiros de cor e a formação de Institutos de Pesquisas, Públicas e Particulares, com esses objetivos" (NASCIMENTO, 1968, p. 293).

Vale ressaltar que a implementação da Lei 10639/03, tem como principal desdobramento não só a denúncia da falta, do silêncio e do apagamento nos livros didáticos da historiografia do continente africano, bem como o obscurecimento de Intelectuais negros e negras que contribuíram e que contribuem para uma concepção de mundo mais alargada no Brasil, como também a subversão de tais apagamentos.

No entanto, embora a Lei seja uma política pública indispensável ao enfrentamento de toda uma invisibilidade intelectual e histórico da cultura e dos saberes produzidos a partir da dispersão forçada de homens e de mulheres do continente africano, observa-se que a sociedade brasileira, em seu imaginário coletivo, ainda não conseguiu realocar nem reconhecer tanta



ciência e tecnologia produzida, inclusive hoje, pelos afro-brasileiros em território nacional por consequência do racismo estrutural.

O sociólogo Boaventura de Souza Santos, ao criar o termo Epistemicídio, explica esse processo de invisibilidade, ocultação, de morte das contribuições culturais e sociais Africanos não absorvidos pelo "saber" ocidental. O projeto Ubuntu: Desconstruindo o Racismo, tem como premissa a valorização dos estudos sobre a importância da contribuição das diferentes etnias africanas, no processo de formação cultural do Brasil desmistificando assim, inúmeros entraves que dificultam a construção de uma cultura de paz, pautada no respeito e reconhecimento das diferenças e da diversidade formativa da sociedade brasileira.

Diante dessa realidade de compreender como o racismo estrutural foi constituído e como a população negra havia sido escravizada, estigmatizada por esse processo. Ficou estabelecida neste projeto uma proposta de trabalho fundamentada em temas que chamassem a atenção dos(as) estudantes e, por essa razão, passamos a discutir e refletir sobre os seguintes temas: Mulher negra na sociedade atual; Palavras que fazem parte do nosso vocabulário e são reconhecidamente preconceituosas; O Negro no ensino superior; Mulheres negras: histórias de luta e resistência; Racismo Estrutural. Esse último tema foi sugerido por mim como forma de estimular e iniciar os trabalhos.

Na segunda semana criamos um cronograma de trabalhos dividindo os alunos em 5 equipes, com cada uma tendo que pesquisar os temas propostos e promover uma discussão e reflexão sobre os temas trabalhados, ficando os debates para a terceira e quarta semanas seguintes. Antes das equipes apresentarem os resultados encontrados, fizemos a leitura crítica do capítulo "A herança africana está por toda parte". "Beleza e identidade: sobre os patrimônios afrodescendentes" (LODY, p. 61 e 63).

Como material de apoio para o estudo e pesquisa nessas temáticas, adotamos o material didático de apoio coleção caderno de textos. Saberes e Fazeres Modos de Ver. Material didático para abordar esse conteúdo



disponível em <http://www.acordacultura.org.br>. Material fundamental que ressalta a diversidade cultural da sociedade brasileira. A abordagem desses temas fez surgir a reflexão sobre as relações entre o sujeito aluno(a) e os temas trabalhados pelas equipes e como ele passa a se posicionar ou se reconhecer socialmente como protagonista na sociedade.

Para Freire, no seu livro *Pedagogia da Autonomia* (1996, p. 42),

Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto.

Estabelece um diálogo significativo criador de uma pedagogia emancipadora, na qual o educando se liberta dos paradoxos encontrados na sociedade e dentro da escola, a qual naturalizou e perpetuou por muitos anos uma visão eurocêntrica no qual a inferiorização, a discriminação do negro no ambiente escolar produz e reproduz as práticas e concepções de racismos: individualista, institucional e estrutural dentro ou fora da escola.

Desse modo (FANON, 2021, p. 79) explica que “não é possível subjugar homens sem logicamente inferiorizá-los dos pés à cabeça [...]”, esse processo gera um estigma que inferioriza jovens negros ao longo de toda a sua vida transformando estes em classes de trabalhadores inferiores, imposta pelas classes dominantes.

A assimetria em assegurar direitos, como tempo livre para o lazer, para a produção intelectual, enquanto a grande maioria dos estudantes da escola pública teria tais direitos comprometidos pela necessidade de complementar a renda trabalhando, é uma realidade vivida por estes alunos.

Assim, a soma do racismo histórico e da meritocracia permite que a desigualdade racial vivenciada na forma de pobreza, desemprego e privação material seja entendida como falta de mérito dos indivíduos. (Almeida, 2021, p. 81).



METODOLOGIA

No projeto UBUNTU: Desconstruindo o Racismo, utilizou o método de pesquisa-ação, de cunho descritivo e exploratório, de natureza predominantemente qualitativa. Para Thiollent (1986), o método de pesquisa-ação permite a participação dos investigados na pesquisa, do início até o término, de tal forma que os resultados analisados possam levar a comunidade a perceber e superar seus desequilíbrios, identificando-os para, num segundo momento, propor atitudes de mudanças que venham a beneficiá-los. Desta maneira, podemos afirmar que a pesquisa-ação, possui uma estreita relação com a ação, ou seja, com a resolução de problemas coletivos. Assim os pesquisadores e participantes da pesquisa, são envolvidos de modo cooperativo e/ou participativo.

Neste sentido, Mira et al (2004), fundamenta que a pesquisa-ação constitui em um método de pesquisa que agrega diversas técnicas de pesquisa social, com as quais se estabelece uma estrutura coletiva, participativa e ativa no nível da captação da informação, requer, portanto, a participação das pessoas envolvidas no problema investigado.

Nesta perspectiva, o método de pesquisa-ação possibilita a transformação da realidade, no entanto de forma pontual em algum espaço da realidade julgado relevante. Em nosso caso a percepção de discentes de como o racismo estrutural promove um apagamento ou invisibilidade da ancestralidade cultural africana nos livros didáticos e cria um sistema que ofusca historicamente, oprime violentamente a nossa existência como seres humanos negros, perpetuando o racismo que se estrutura em todas as relações.

Assim, o foco desloca-se para o produto da mudança e não mais para o processo. Não há como negar que, por certo, os discentes envolvidos podem se beneficiar ao analisar de forma reflexiva o descobrimento de suas ancestralidades culturais africanas e como o processo de exclusão do racismo é profundo, sendo construído na história do Brasil desde o período colonial até



os dias atuais, esse mecanismo nefasto silencia e exclui. Para Silvio Almeida (2021, p. 77) diz que “assim como o privilégio faz de alguém branco, são as desvantagens sociais e as circunstâncias históricas, culturais, e não somente a cor da pele ou o formato do rosto que fazem de alguém negro”.

Este projeto ainda se configura como descritivo e exploratório, pois o mesmo não se limita a observação de fenômenos e sim busca a essência, tentando descrever a realidade que se mostra perante nós, isto ocorre quando os discentes orientados pelo docente investiga as causas da construção do racismo e de suas faces como: a discriminação, o preconceito, a invisibilidade e o racismo estrutural, tentando, com isso, explicar como este se originou, quais suas possíveis relações, suas mudanças e entendendo as consequências que o mesmo poderá trazer a vida humana negra ou parda.

Por isso, as tentativas de compreender a conduta humana isolada do contexto no qual se manifesta criam situações artificiais que falsificam a realidade, levam a engano, a elaborar postulados não adequados, a interpretações equivocadas (TRIVIÑOS, 2006, p. 122)

A modalidade exploratória permite definir objetos de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlatas, analisando políticas de educação antirracista que estão sendo desenvolvidas pelo governo, ONGs e como uma pesquisa mais ampla direcionada para descobrir novo enfoque para o tema, avaliar a possibilidade de se desenvolver uma boa pesquisa sobre determinado tema. Também envolve, habitualmente, levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas.

Na apresentação do projeto com os temas já definidos, foi sugerido aos discentes apresentarem os trabalhos em formato de vídeo, que terá a duração de 4 a 5 minutos. Esses vídeos deverão conter a identificação do Colégio, nome dos diretores, coordenadores, nome do professor responsável pelo projeto, nome dos integrantes da equipe bem como o tema abordado e referencial teórico. Na construção dos vídeos foi sugerido utilizar os aplicativos: Youcut, Kinemaster ou qualquer outro de conhecimento deles.



Definidas todas as etapas do projeto em sala, explicamos o funcionamento dos aplicativos e determinamos uma data para uma apresentação qualificativa, sem peso de nota, somente para ajustar possíveis fragilidades nos trabalhos e como poderiam ser corrigidas. Freire (1996, p. 47), fala que o "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção."

Na terceira semana discutimos e elencamos a ordem de apresentação dos trabalhos partindo do tema Racismo estrutural, como caminho para instigar a reflexão de como o racismo foi estruturado no Brasil de tal forma que passou a ser um elemento no cotidiano de forma sutil e velada, ou de forma grosseira e violenta, noticiada em redes de comunicação que parece nos remeter ao século XIX, no início da colonização do Brasil, mesmo estando vivendo no século XXI. Fanon (2021, p. 70), estabelece uma relação entre sociedade culturalmente racista afirmando que "estudar as relações entre o racismo e a cultura é questionar sua ação recíproca [...] a cultura é o conjunto dos comportamentos motores e mentais nascidos do encontro do homem com a natureza".

Outro tema abordado pelos alunos foi a pesquisa e problematização de palavras que fazem parte do nosso vocabulário e são preconceituosas. Nesse trabalho eles descobriram como palavra que são aplicadas no cotidiano das relações humanas tem sua origem no período colonial e são preconceituosas, tais como: criado mudo, mulata, lista negra, denegrir, amanhã é dia de branco, inveja branca, cor da pele, da cor do pecado, a coisa tá preta, não sou tuas negas, judiar, japa. A evolução de uma educação antirracista precisa acontecer não apenas na educação, na cultura, no lazer ou na política, mas em vários outros segmentos da sociedade que não compactuam com as formas de discriminação e racismo, criadas no período colonial e presentes até hoje. Para Almeida (2021, p. 74),

deve-se dizer que o racismo é de fato um elemento cultural. existem, portanto, culturas com racismo e culturas sem racismo. a permanência do racismo exige, em primeiro lugar, a criação e a



recriação de um imaginário social em que determinadas características biológicas ou práticas culturais sejam associadas à raça e, em segundo lugar, que a desigualdade social seja naturalmente atribuída a identidade racial dos indivíduos ou de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo com que determinados grupos raciais detêm privilégios.

O tema sobre O Negro no Ensino Superior, apresentado pelas equipes, chamou a atenção dos discentes para a quantidade de negros ou pardos que frequenta as universidades aqui no Brasil, e como a desigualdade racial foi construída desde a assinatura da primeira Constituição do Brasil em 1824 por D. Pedro I, que proibia a população negra escravizada de estudar no período imperial no Brasil. Essa negação do Estado ao acesso à educação pelos negros escravizados gera uma afirmação da política adotada pelo governo imperial de impedir uma mobilidade social dessas pessoas, bem como de seus descendentes, renegando a sempre ocuparem na sociedade cargos e funções subalternizadas. Almeida (2021, p. 115):

relata que o racismo tem, portanto, duas funções ligadas ao poder do estado: a primeira é a de fragmentação, de divisão no contínuo biológico da espécie humana, introduzindo hierarquias, distinções, classificações de raças. O racismo estabelecerá a linha divisória entre superior e inferior, entre bons e maus, entre os grupos que merecem viver e os que merecem morrer, entre os que terão a vida prolongada e os que serão deixados para a morte entre os que devem permanecer vivos e o que serão mortos. E que se entenda que a morte aqui não é apenas a retirada da vida, mas também é entendida como a exposição ao risco da morte, a morte política, a expulsão e a rejeição. A outra função do racismo é permitir que se estabeleça uma relação positiva com a morte do outro.

A última equipe a apresentar o seu trabalho falou sobre o tema Mulheres negras: histórias de lutas e resistências. Essas equipes relataram algumas histórias de mulheres que sofreram discriminação e violência. Foi usado, como exemplo de desobediência civil, o ato realizado por Rosa Parks na década de 1960, no Alabama, EUA, quando se recusou a dar o seu lugar no ônibus a um homem branco, sendo presa por isso. A história de Rosa Parks chamou a atenção dos alunos que pesquisaram e foram mais a fundo na sua história, descobriram uma mulher forte, filha de um carpinteiro e de uma professora,



que chegou a ingressar na Universidade Publica para Negros no Estado do Alabama (não chegando a concluir o curso superior), filiada a grupos que lutavam pelos direitos da comunidade afro-americana nos Estados Unidos. Foi relatado também o exemplo de domésticas negras estadunidenses desse período, que só poderiam usar a latrina fora de casa, nunca o banheiro de dentro.

Sendo assim, diante de um cenário atual com vários projetos de Lei que tentam desestruturar, flexibilizar a Lei 10639/03, no Congresso Nacional. É importante ressaltar o reconhecimento da Lei 10 639/03, como conquista das lutas passadas dos grupos negros e de como docentes do Ensino Fundamental e Médio podem se posicionar como formadores de opinião antirracista no ambiente escolar. Para isso, é necessário ressaltar a importância que o PPP tem de abarcar projetos e propostas que combatam a estrutura do racismo.

Ademais, o processo de discriminação racial pode ser melhor combatido por meio da implementação dessa Lei que, por si só, não garante as práticas de ensino referente à educação antirracista, a formação inicial e continuada de professores e professoras, assim como, a produção de material didático, e recursos financeiros, são agravantes neste processo, uma vez que estimula e fomenta, nos estudantes, o acesso ao conhecimento da história da cultura negra, da ancestralidade africana, da luta dos negros no Brasil, da contribuição do negro em todo o processo de formação intelectual, artístico e científico do país que, muitas vezes, foram ofuscadas e que ainda são, pois a educação eurocêntrica se perpetua pelos processos implantados nas escolas desde o período colonial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo. Ed Jandaíra, 2021.

FANON, Frantz. **Por uma revolução africana**: Textos políticos. tradução Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FILME: A cor da cultura. <http://www.acordacultura.org.br/>.

“ETNICIDADES, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: OLHARES PARA DIFERENTES TERRITÓRIOS”

XIX SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

VI ENCONTRO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

VI FÓRUM DE EDUCAÇÃO: LEIS 10.639/03 E 11.645/08, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.

VI ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

I FESTIVAL DAS ARTES: ANCESTRALIDADES EM MOVIMENTO

CANTINHO DO GRIÔ



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MIRA, Vera Lucia; LEITE, Maria Madalena Januário; CIAMPONE, Maria Helena Trench. A pesquisa-ação como método para reconstrução de um processo de avaliação de desempenho. **Cogitare Enfermagem**, v. 9, n. 1, p. 50-59, 2004.

MOURA, Clóvis. **A Imprensa negra em São Paulo.** In: IMPRENSA Oficial de São Paulo. Imprensa Negra. Edição fac-similar. São Paulo, 2002.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro. Processo de um Racismo Mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SOUZA, Boaventura. **Construindo as Epistemologias do Sul:** Antologia Essencial. Volume I: Para um processo alternativo de alternativas. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 2006.